

O acordo no Clube de Paris

Sabia-se que as negociações com o Clube de Paris seriam difíceis.

Porém, considerando-se que o Brasil estava pronto a reparar os erros da equipe da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello, acreditava-se que se chegaria finalmente a um acordo. Todavia, o impasse prolongou-se mais do que o esperado, num clima muito desagradável, num organismo que costuma tomar decisões rápidas, essencialmente políticas.

O episódio está repleto de ensinamentos, ainda que se possa entrever um paradoxo na atitude do Clube de Paris, cujos integrantes haviam aprovado o crédito stand by concedido ao nosso país pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

O Clube de Paris, organismo essencialmente político e sem estrutura burocrática, não perdoou o Brasil por dele ter recebido, contra toda a tradição, um tratamento ainda pior do que aquele dispensado aos bancos credores, que, pelo menos, puderam embolsar 30% dos seus juros vencidos.

Foi a ex-ministra Zélia Cardoso de Mello quem, depois de ter reivindicado que se desse ao Brasil o mesmo tratamento reservado à Polônia e ao Egito (ou seja, uma redução de 50% da dívida com os organismos oficiais de crédito), decidiu suspender qualquer pagamento de juros ao Clube de Paris.

Tal revide, que resultou na acumulação

de juros atrasados num montante superior a US\$ 8 bilhões, foi muito mal recebido por alguns integrantes da instituição, que passaram a exigir o pagamento integral dos atrasados para, só então, discutir a consolidação do principal.

Essa exigência significa o esgotamento das reservas do País.

Por outro lado, cumpre considerar nossos compromissos com o FMI em relação ao crescimento dessas reservas, o que reclama um prazo de carência que cubra, pelo menos, o período do stand by. Finalmente, impõe-se ao Brasil estabelecer certo equilíbrio entre os desembolsos ao Clube de Paris e os acertados com os bancos credores — não dispostos a ser tratados de modo menos generoso.

No seu relativo otimismo, as autoridades brasileiras talvez não tenham levado em conta, nas negociações agora encerradas, os fatores geopolíticos que, diante dos países industrializados, nos colocam em posição de inferioridade. No quadro internacional, o Brasil não dispõe do mesmo peso da Polônia, no momento em que esta passava do socialismo a uma economia de mercado, nem daquele do Egito, que deu importante contribuição na guerra do Golfo, episódio em que nos mantivemos em total neutralidade. Falta



ao Brasil também, ao contrário do México, uma extensa fronteira com os Estados Unidos. Cumpre acrescentar que as negociações foram abertas num momento particularmente inoportuno: os EUA estão em recessão, a Alemanha sofre as consequências econômicas da reunificação e o Japão se vê ameaçado por uma guerra comercial com o governo de Washington. Todas essas circunstâncias conduziram a um endurecimento das posições num organismo que exige unanimidade em suas decisões.

Não deixa de ser paradoxal, porém, que os mesmos países que participam ativamente do board do FMI estejam, depois de concordar com a concessão de um crédito stand by ao Brasil, apresentando exigências que quase tornaram impossível ao nosso país respeitar os compromissos assumidos tanto em relação ao montante das reservas quanto ao déficit público. Diante das evidências, poder-se-ia falar de má-fé por parte das nações que em Washington adotaram política diversa daquela desenvolvida em Paris...

Sem acordo com os governos credores não poderemos concluir a negociação com os bancos. Nos últimos dias havia a esperança de que, mais cedo do que se

imaginava (talvez em abril ou maio) se concluiria o acordo com esses bancos. Efetivamente, grandes progressos se haviam registrado na renegociação, notadamente na questão das garantias a serem oferecidas.

Se no acordo de Paris tivermos oferecido mais do que pretendemos — isso não somente para regularizar nossa situação com os países-membros do Clube de Paris, como também para recuperar o acesso a novos créditos (o que não é o caso dos bancos credores) —, enfrentaremos uma situação difícil com os bancos. Eles estarão no direito de pôr em dúvida a possibilidade de o Brasil respeitar seus compromissos com o FMI, isto é, de continuar a receber recursos que em parte sirvam de garantias para a securitização da nossa dívida. Por outro lado, poderemos, num momento em que tudo parecer acertado, modificar nossa proposta para os desembolsos, uma vez que as exigências do Clube de Paris poderão reduzir nossas disponibilidades.

Não podemos menosprezar a importância de um acordo como o que fizemos com o Clube de Paris, mas devemos também esperar que a atitude de alguns dos seus integrantes se modifique, depois de terem manifestado desagrado em relação ao Brasil, que, na verdade, desempenha papel geopolítico certamente superior àquele imaginado por certos países.